

MEIOS DE TUTELA ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIO

Mestrado em Solicitadoria

Código: 21117

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Ricardo Alexandre Sousa da Cunha

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 30h Carga Trabalho: 110h

ECTS: 5,0

Objetivos

No final da unidade curricular, os alunos deverão ser capazes de: - Compreender a dimensão garantística da vinculação da Administração ao Direito; - Definir o poder administrativo e compreender adequadamente a vinculação aos princípios constitucionais; - Identificar as garantias administrativas e tributárias adequadas perante as diferentes formas de exercício do poder administrativo e tributário, sejam garantias gratuitas, impugnatórias e não impugnadas, ou jurisdicionais; - Exercer as competentes garantias arbitrais, - identificar as competências dos Solicitadores em matérias procedimental e processual administrativa e tributária.

Resultados da Aprendizagem

Pretende-se que os alunos, com aproveitamento nesta unidade curricular, melhorem a capacidade técnica dirigida a uma óptima prestação laboral, pela aplicação da informação recolhida; Os alunos com aproveitamento nesta unidade curricular desenvolverão competências inter-pessoais e sociais, em especial de cidadania, pela compreensão dos processos administrativos de decisão com os quais se confrontam também como administrados.

Conteúdos Programáticos

MEIOS DE TUTELA TRIBUTÁRIA

1. CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

1.1. Procedimento e Processo: o caso particular do processo de execução fiscal

1.2. Atos tributários e atos administrativos em matéria tributária

1.3. A organização da administração fiscal: mais elevado superior hierárquico e dirigente máximo do serviço. A estrutura orgânica.

1.4. Os tribunais da jurisdição fiscal

2. OS PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS

2.1. Esquematização dos procedimentos.

2.2. As fases do procedimento 2.3. OS PROCEDIMENTOS EM ESPECIAL

2.3.1. PROCEDIMENTOS DE ORIENTAÇÕES GENÉRICAS E INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

- 2.3.2.PROCEDIMENTO DE DERROGAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO
- 2.3.3.PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO
- 2.3.4.PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO, EM ESPECIAL DE AVALIAÇÃO INDIRETA
- 2.3.5.PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DE NORMAS ANTIABUSO
- 2.3.6.PROCEDIMENTO DE ILISÃO DE PRESUNÇÕES
- 2.3.7.PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA
- 2.3.8.PROCEDIMENTO DE REVISÃO DA MATÉRIA COLETÁVEL FIXADA POR MÉTODOS INDIRETOS
- 2.3.9.PROCEDIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO
- 2.3.10. PROCEDIMENTO DE RECLAMAÇÃO GRACIOSA
- 2.3.11. PROCEDIMENTO DE REVISÃO OFICIOSA

3. A TUTELA JUDICIAL

- 3.1. A IMPUGNAÇÃO JUDICIAL
- 3.2. OS MEIOS ACESSÓRIOS
- 3.3. A AÇÃO ADMINISTRATIVA
- 3.4. O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL
- 3.4.1.OS MEIOS DE DEFESA – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO E RECLAMAÇÃO JUDICIAL

4. A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

PARTE I – MEIOS DE TUTELA ADMINISTRATIVA

- 1. O Princípio da Legalidade
- 1.1 O princípio da Legalidade Administrativa como uma garantia dos Administrados
- 1.2 A Específica Vinculação Administrativa à Legalidade
- 1.3 A Fiscalização Administrativa da Constitucionalidade das Lei, em particular
- 2. As Garantias Administrativas
- 2.1 As Garantias Administrativas Não Impugnatórias
- 2.1.1 O Direito à Informação - o exercício do Direito à Informação
- 2.1.2 O Direito à Fundamentação - a desvalorização do efeito impugnatório na revisão do CPA

- 2.1.3 Outras garantias administrativas
- 2.2 As Garantias Administrativas Impugnatórias
 - 2.2.1 O Recurso Hierárquico
 - 2.2.2 Os Recursos Especiais
 - 2.2.3 A impugnação Administrativa de Normas
- 2.3 Breve Referência à Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado
- 3. Breve Referência às Garantias Administrativas Judiciais
 - 3.1 O Âmbito da Jurisdição Administrativa
 - 3.2 Os meios processuais principais
 - 3.2.1 A Ação Administrativa Especial
 - 3.2.2 Os processos urgentes
 - 3.2.3 O contencioso pré-contratual
 - 3.3 As providências Cautelares
- 4. A Arbitragem Administrativa
- 5. As específicas competências dos Solicitadores

Bibliografia Recomendada

ANDRADE, José Carlo Vieira de, *Justiça Administrativa*, Almeida, 2019

ALMEIDA, Mário Aroso de; CADILHA, Carlos Alberto Fernandes, *Comentário ao Código do Processo dos Tribunais Administrativo*, 2019,

AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, Almeida, 2019

ROCHA, Joaquim Freitas – *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, Coimbra Editora, 2004

SOUSA, Jorge Lopes de – *Código de Procedimento e de Processo Tributário*, anotado, 6.a Edição, Lisboa 2011, 4 volumes da Áreas Editora.

CAMPOS, Diogo Leite de, RODRIGUES, Benjamim, e SOUSA, Jorge Lopes de Sousa – *Lei Geral Tributária*, comentada e Anotada, 2003

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

A divisão dos conteúdos programático em duas partes visam dotar os alunos de um competências específicas no uso dos meios de tutela administrativa e tributária. A leccionação começa pelo módulo administrativo que visa apresentar as competências transversais a ambas as matérias. O programa começa, por isso, por tratar da vinculação administrativa ao princípio da legalidade e da constitucionalidade, como garantias dos particulares,

depois se lançando em matérias específicas das garantias perante o exercício d função administrativa do Estado, apenas em seguida avançando para as matérias mais técnicas do contencioso administrativo e do procedimento e processo tributário. O programa contempla também, autonomamente, as matérias relativas á arbitragem administrativa e tributária. Finalmente, por se inserir num mestrado em Solicitoria, são abordadas as específicas competências dos Solicitadores em matéria procedimental e processual administrativa e tributária.

Métodos de Avaliação

Trabalhos escritos a cada um dos módulos, com ponderação de 50% cada.